

REDAÇÃO

com **Fernanda Pessoa**

CURSO
FERNANDA PESSOA
ONLINE



O ouro:

seleção dos melhores tópicos
fraseais e dos melhores teóricos
para cada eixo temático



O OURO: SELEÇÃO DOS MELHORES TÓPICOS FRASAIS E DOS MELHORES TEÓRICOS PARA CADA EIXO TEMÁTICO

EIXOS TEMÁTICOS:

EIXO 1

Questões sociais, políticas, econômicas e culturais

EIXO 2

Questões ambientais

EIXO 3

Questões tecnológicas, científicas e comunicacionais

QUESTÕES SOCIAIS, QUESTÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS

SUB-EIXOS TEMÁTICOS:

- * Desigualdade social
- * Questões urbanas
- * Violência e sistema carcerário
- * Saúde e qualidade de vida
- * Educação
- * Direitos e cidadania
- * Questões econômicas
- * Questões culturais



QUESTÕES AMBIENTAIS

QUESTÕES TECNOLÓGICAS, CIENTÍFICAS E COMUNICACIONAIS



Lembre-se de que a sugestão é:

Escolher:

- * 1 repertório para o Contexto da Introdução
- * 1 tópico frasal para o D1
- * 1 teórico para fundamentar a ideia do D1
- * 1 tópico frasal para o D2
- * 1 teórico ou um dado estatístico ou algo relevante da realidade para fundamentar o D2

A partir disso, você irá **criar de acordo com a sua coragem e criatividade!**



TEXTOGRAMA FP



EIXOGRAMA FP

Uma fotografia

Uma pintura

Uma escultura

Uma instalação

Uma obra literária

Uma distopia

Um poema

Uma música

Um filme

Um clássico infantil

Um teórico

Uma teoria

Um slogan

Um dado estatístico

Uma informação atual

TEXTOGRAMA FP



RESUMO DOS TÓPICOS FRASAIS MAIS AUTORAIS DO MUNDO

1. A manutenção de um modelo educacional monocultural, arcaico e excludente. **Filósofo Enrique Dussel**
2. A ideia de progresso infelizmente ainda é associada a um modelo desenvolvimentista tradicional e arcaico, o qual prioriza o acúmulo de poder e de riqueza em detrimento da justiça social, da sustentabilidade, da inclusão e da equidade. **Filósofo Enrique Dussel**
3. Um modelo econômico que destrói ecossistemas para gerar lucro de curto prazo é, no fundo, uma máquina de inviabilizar o futuro. **Economista Ladislau Dowbor**
4. A economia digital, quando guiada pelo lucro e não pela ética, transforma pessoas em algoritmos e dados em moeda. **Economista Ladislau Dowbor**
5. A financeirização das cidades, da moradia e de todos os processos urbanos denuncia o quanto a construção urbana é historicamente pautada na desigualdade. **Arquiteta e urbanista Raquel Rolnik**
6. A manutenção de um modelo econômico neodesenvolvimentista, o qual amplia a economia nacional, mas não altera a estrutura social excludente. **Sociólogo Ruy Braga**
7. A precarização como eixo da nova ordem trabalhista. **Sociólogo Ruy Braga**
8. A meritocracia é uma ideologia persistente e equivocada que legitima a exclusão. **Sociólogo Ruy Braga**
9. A identidade de gênero não deve ser compreendida como essência imutável, mas como construção histórica e social. **Escritora e ativista transfeminista Helena Vieira**
10. A associação automática entre tecnologia e progresso esconde o fato de que, ao ser apresentada como neutra, a inovação pode aprofundar desigualdades já existentes. **Sociólogo Laymert Garcia dos Santos**
11. A tecnociência é um grave risco quando naturaliza e pratica um "ambientalismo de fachada" (sem responsabilidade social e ambiental efetiva). **Sociólogo Laymert Garcia dos Santos**
12. O meio ambiente é um campo de disputa simbólica no qual ciência, política e cotidiano se confrontam. **Biólogo Marcos Reigota**

Tema: a inclusão de pessoas neurodivergentes na sociedade contemporânea

Ps: D1 com teórico antigo, mas com ideia legal para o lema do governo federal no fechamento

João Prazeres

Nesse sentido, é preciso defender que a inclusão de pessoas neurodivergentes na sociedade contemporânea é imprescindível para o fortalecimento do caráter cidadão do país. Isso acontece, porque é preciso que os direitos civis, sociais e políticos coexistam (na visão do historiador José M. de Carvalho) para que haja uma cidadania que não seja operária, isto é, que não seja restrita a apenas parte da população. Em outras palavras, a plenitude dos direitos da população neurodivergente, que deve ser alcançada pela inclusão social dessas pessoas, é capaz de validar o sistema democrático do país e de reiterar o papel de uma "Constituição Cidadã", visto que, para existir a cidadania plena, não podem existir pessoas que deixam de ocupar espaços de poder e de representatividade por causa de alguma particularidade cognitiva. Do contrário, o país seguirá sustentando a ideia de "União e Reconstrução" sem ainda conseguir unir as pessoas neurodivergentes na (re) construção da sua própria cidadania.

Ps: D2 com várias expressões que eu peguei da ficha e que servem pra muitas minorias sociais

João Prazeres

Além disso, não é possível avançar na inclusão da população neurodivergente em uma sociedade na qual ainda existe exclusão sistemática. De fato, é nítido o quanto o sistema (tanto econômico quanto político) não foi desenhado para incluir pessoas neurodivergentes, mas para, no máximo, tolerá-las, de modo que as dificuldades de acesso a empregos formais e a políticas públicas para essas pessoas estão embutidas nas regras, nas práticas e nas estruturas da sociedade. Essa configuração de repressão simbólica é estudada pelo filósofo Enrique Dussel, o qual aponta para a existência de um modelo social monocêntrico que busca normatizar corpos e saberes em padrões que se distanciam da realidade de pessoas que estão na margem, como os neuroatípicos. Dessa forma, perpetua-se uma exclusão que não acontece por acidente, mas por sistema, ao ponto de categorizar pessoas autistas, por exemplo, como sendo de "Segunda Classe".

ENRIQUE DUSSEL - FILÓSOFO

Suas principais ideias incluem a descolonização do pensamento e a valorização da perspectiva das culturas periféricas e dos oprimidos, buscando uma ética que afirme a vida humana em face da violência e da exclusão.

Sua obra articula críticas à modernidade ocidental, ao eurocentrismo e ao modelo neoliberal de educação, propondo alternativas fundamentadas em epistemologias do Sul, transmodernidade e uma educação emancipadora e pluriépistêmica. Ele é um dos principais nomes a aprofundar o conceito de transmodernidade.



Sua produção é marcada por uma escrita crítica, acessível e comprometida com os dilemas históricos e existenciais das populações marginalizadas pelo projeto moderno-colonial.

Propõe uma leitura crítica da modernidade como um projeto de exclusão, que se constituiu a partir da exploração colonial, da subalternização dos saberes não europeus e da imposição de um modelo único de razão e humanidade.

Para ele, não há como pensar uma educação libertadora dentro dos parâmetros da modernidade ocidental sem criticá-la radicalmente.

A transmodernidade é uma proposta de mundo pluriversal, em que há escuta, reconhecimento e dignidade para todas as formas de existência.



Ele defende uma pluriépistemologia, isto é, o reconhecimento da multiplicidade de formas de saber (indígenas, africanas, camponesas, quilombolas, femininas) como legítimas e necessárias para enfrentar os desafios contemporâneos.

É um dos principais representantes da Filosofia da Libertação, que busca uma reflexão crítica da realidade a partir da perspectiva dos oprimidos e da promoção da emancipação social e política.

Ele defende uma ética que afirme a vida humana em face da violência, da exclusão e da ameaça do assassinato e do suicídio coletivo. Essa ética deve considerar a importância da história e da memória para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Defende a descolonização do pensamento como um processo de desconstrução dos valores e das estruturas de poder que colonizaram a cultura e o conhecimento. Essa descolonização é essencial para a construção de uma nova consciência e de uma nova forma de pensar o mundo.



TÓPICO FRASAL

TÓPICO FRASAL:

A manutenção de um modelo educacional monocultural, arcaico e excludente

SINÔNIMOS:

equivocado paradigma educacional monocêntrico

O QUE ISSO SIGNIFICA?

Isso ocorre, porque a escola/educação formal, tal como foi projetada ao longo da história, não nasceu para celebrar a pluralidade, mas para forjar sujeitos sob um molde único, obediente ao ideal eurocêntrico, racionalista e normativo. Dessa forma, ao observar a gravidade de exclusão da atual conjuntura, não se trata apenas de um apelo pedagógico, mas de um clamor civilizatório, pois romper com esse modelo não significa desmoralizar a escola, mas negar a supremacia de um saber que se autoproclamou universal enquanto calava territórios inteiros de existência.



TÓPICO FRASAL:

A ideia de progresso infelizmente ainda é associada a um modelo desenvolvimentista tradicional e arcaico, o qual prioriza o acúmulo de poder e de riqueza em detrimento da justiça social, da sustentabilidade, da inclusão e da equidade.

SINÔNIMOS:

A ideia de progresso ainda é moldada por um modelo desenvolvimentista ultrapassado e excludente, o qual prioriza o acúmulo de poder e de riqueza (nas mãos de uma minoria) em detrimento da justiça social e da equidade coletiva.

Há uma visão distorcida de progresso a partir da qual o crescimento material se sobrepõe às necessidades humanas e ambientais coletivas.

A ideia de progresso, determinante de grande parte das decisões sociais, expõe as marcas de um modelo ultrapassado, que confunde avanço social com acúmulo de riqueza e ignora os princípios de _____.

O imaginário moderno de desenvolvimento segue preso a estruturas arcaicas que associam progresso à concentração de poder e negligenciam o compromisso com _____.

Ainda há uma equivocada associação entre progresso e crescimento econômico vertical mesmo quando esse modelo se revela incapaz de promover justiça, sustentabilidade e bem-estar coletivo.

Mesmo diante das múltiplas crises contemporâneas, a ideia de progresso segue contaminada por um modelo econômico concentrador, que distorce o sentido de avanço social.

A modernidade instaurou uma visão distorcida de progresso, na qual o crescimento material se sobrepõe às necessidades humanas coletivas.

O ideal moderno de desenvolvimento privilegia a concentração de poder e riqueza e marginaliza princípios como equidade e bem comum.

O projeto moderno de progresso, centrado no acúmulo de riqueza a qualquer custo e na supremacia tecnológica, negligencia os valores da justiça distributiva e da sustentabilidade.

O QUE ISSO SIGNIFICA?

Isso ocorre, porque a visão mais comum (ou a **narrativa dominante**) sobre o que significa “progredir” **ainda segue os parâmetros do modelo desenvolvimentista** baseado nas ideias da modernidade ocidental, que associa progresso ao crescimento econômico acelerado, à industrialização, ao avanço tecnológico, à competitividade, ao aumento do lucro e do poder de mercado. Nesse sentido, percebe-se que **o sucesso de uma nação ou de um projeto social é medido (prioritariamente) por indicadores materiais**, como o Produto Interno Bruto (PIB), grandes obras de infraestrutura, expansão de mercados ou consumo de bens. Dessa forma, nota-se um tipo de lógica que só **beneficia os que já detêm poder e riqueza, deixando de lado valores essenciais, como a justiça social e a equidade**, ou seja, **a distribuição justa de oportunidades, de direitos e de recursos entre todos os grupos sociais**, principalmente, os historicamente marginalizados.



Em outras palavras: a forma como a sociedade encara o progresso está ultrapassada: ainda foca em dinheiro e poder, enquanto ignora o bem-estar coletivo, a redução das desigualdades e o respeito à diversidade social.

MEU PARÁGRAFO

Parágrafo de FPzinha (denunciem pirataria por favor)

Com base nesse cenário, observa-se que grande parte dos problemas sociais contemporâneos, como é o caso de _____, nasce de uma noção de progresso moldada por um modelo desenvolvimentista ultrapassado, o qual prioriza o acúmulo de poder e de riqueza em detrimento da justiça social e da equidade. Isso ocorre, porque, quando o progresso é guiado por interesses de dominação, e não por princípios de justiça, ele se torna uma “engrenagem de desigualdades”. Dessa forma, nota-se que, para construir um projeto de justiça social que vá além da lógica meritocrática e colonial, é necessário, como afirma o filósofo argentino Enrique Dussel, um horizonte transmoderno que reconcilie saberes, territórios e vozes historicamente silenciadas.

Tema: A luta por justiça climática para a redução das desigualdades sociais brasileiras

João Prazeres

Nesse sentido, é possível observar-com olhos atentos- que a permanência de um modelo educacional centrado na visão colonial da natureza frustra a promoção de uma configuração climática menos nociva e injusta. Isso acontece, porque, com base nos estudos do filósofo Enrique Dussel, há a necessidade de romper com o paradigma educacional monocêntrico que repercute narrativas coloniais de exploração até hoje. Em outras palavras, a manutenção de práticas ambientais degradantes, incentivadas por uma educação que não promove a ideia de ecologia integral, fomenta o maior impacto das atuais mudanças climáticas aos grupos mais vulneráveis (como sempre aconteceu), o que vai contra a proposta da emergente transmodernidade, que busca a valorização de uma educação pluriepistêmica, ou seja, voltada para a correção das desigualdades ainda coloniais e para a visão sustentável da natureza, de modo a enxergá-la como um ser dotado de direitos.

LADISLAU DOWBOR - ECONOMISTA



A financeirização da economia tem transformado riqueza em privilégio de um pequeno grupo econômico e pouco toca a realidade da maioria da população.

A financeirização é o processo pelo qual os setores financeiros (bancos, bolsas de valores, fundos de investimento) se tornam o eixo central da economia, substituindo a produção e o trabalho como base de criação de riqueza.

O modelo econômico dominante naturaliza a desigualdade ao priorizar rentabilidade sobre justiça distributiva.

Na lógica atual, o sucesso de uma economia é medido pela sua capacidade de atrair investimentos e gerar lucros, e não pela sua habilidade de distribuir renda ou garantir dignidade a todos. Isso faz com que a **rentabilidade de empresas e instituições financeiras se torne mais importante que o acesso da população a direitos básicos**, como moradia, alimentação e educação.

O crescimento do PIB, por si só, deixou de ser sinônimo de desenvolvimento quando passou a servir ao lucro de poucos, em vez do bem-estar de todos.



Enquanto a lógica do capital improdutivo usufrui de recursos públicos e enfraquece o Estado, a promessa de progresso se torna um luxo apenas para a minoria detentora de poder econômico.

O capital improdutivo é aquele que **não gera bens, empregos nem serviços**, mas apenas lucros para quem detém grandes fortunas, via juros, dívidas públicas, especulação financeira e isenções fiscais.

Não falta riqueza no Brasil — falta uma política econômica que a redistribua com justiça e racionalidade.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, mas não por falta de riqueza, o que falta é um **modelo de gestão econômica que enfrente os privilégios fiscais, tribute grandes fortunas e invista na construção de bem-estar coletivo**.

Sem democratizar a economia, qualquer projeto de justiça social permanecerá incompleto.

Governar com justiça exige coragem para confrontar o poder financeiro que dita as regras por trás dos bastidores.

TÓPICO FRASAL

TÓPICO FRASAL:

Um modelo econômico que destrói ecossistemas para gerar lucro de curto prazo é, no fundo, uma máquina de inviabilizar o futuro.

SINÔNIMOS:

A precarização dos serviços públicos não decorre da falta de recursos, mas da má gestão e do sequestro financeiro do orçamento.

TÓPICO FRASAL:

A economia digital, quando guiada pelo lucro e não pela ética, transforma pessoas em algoritmos e dados em moeda.

SINÔNIMOS:

O controle dos dados e da informação pelas grandes corporações revela uma nova forma de concentração de poder: invisível, mas decisiva.

Tema: Desafios para o enfrentamento da crise de burnout na sociedade brasileira.

João Prazeres

Além disso, outro fator que contribui para o crescimento dos casos de burnout no Brasil é a priorização da pauta econômica em detrimento do bem-estar social. De fato, ao entender que as patologias mentais associadas à busca pelo alto desempenho, para serem combatidas, dependem da flexibilização desse estilo de vida predatório, percebe-se o porquê das grandes empresas — em sua maioria — não priorizar a saúde dos seus trabalhadores, visto que, na visão capitalista, uma carga de horário de trabalho mais reduzida, por exemplo, implica menos dinheiro. Nessa perspectiva, o economista Ladislau Dowbor defende que a ampliação do bem-estar social deveria ser pensada como um benefício coletivo por parte de quem detém o poder econômico, o que, infelizmente, não acontece no Brasil. Não por acaso, basta acompanhar as manifestações contrárias à diminuição da escala de trabalho (que tramita no Congresso, agora em 2025) para que se perceba o quanto, aparentemente, a pauta econômica é mais preocupante que o aumento dos casos de burnout pela exaustão trabalhista.

RAQUEL ROLNIK (ARQUITETA E URBANISTA)



A cidade virou mercadoria: a lógica do capital financeiro invadiu o espaço urbano, ou seja, projetos de “revitalização urbana” muitas vezes resultam em **expulsão de moradores pobres para as periferias** e a substituição por centros criados para a minoria detentora do poder econômico.

É o que ela chama de “guerra dos lugares”.

Propõe o direito à cidade como direito à permanência, à diversidade e à centralidade.

Denuncia que **os desastres urbanos (enchentes, deslizamentos, falta de saneamento)** decorrem de um modelo de cidade excludente e privatista.

Propõe o fortalecimento da **gestão democrática do território** como resposta estrutural aos desastres.

O espaço urbano deve ser acessível, democrático e planejado **com base nas necessidades reais da população**, e não no lucro.

Todos os cidadãos devem ter o direito de **usar, ocupar, transformar e decidir sobre a**

Vai além do direito à moradia: inclui **acesso à mobilidade, saúde, cultura, segurança, lazer, emprego e centralidade**. Uma cidade justa deve ser **projetada com, e não apenas para**, seus moradores, incorporando diversidade social como princípio, não como adorno.



A cidade não é neutra: ela é **construída por escolhas políticas**, que privilegiam certos grupos e excluem outros.

É preciso **democratizar o planejamento urbano** e incluir as vozes da população periférica.



Vista de Paraisópolis, na cidade de São-Paulo. Foto: iStock.

BOAS IDEIAS MINHAS PARA ASSOCIAR:

- * A cidade não é o palco neutro de uma história natural: é campo de batalha político e econômico.
- * A moradia se transformou em mercadoria global e a cidade paga o preço dessa lógica abstrata.
- * Para reconstruir cidades justas, é preciso resgatar o direito à cidade, reconectar o planejamento à inclusão e escutar quem sempre ficou de fora.
- * O **urbanismo decolonial** exige redesenhar cidades sob a ótica do coletivo, da justiça e da participação — não apenas do capital.

TÓPICO FRASAL

TÓPICO FRASAL:

A financeirização das cidades e da moradia.

SINÔNIMOS:

A cidade passou a ser tratada de forma mercantilizada e deixou de ser um espaço de vida e de direitos a partir de um fenômeno chamado de **“colonização financeira do espaço construído”**, pois imóveis e bairros viraram mercadorias e a promessa de **moradia digna saiu (tem saído) do alcance dos mais vulneráveis**.

O **“urbanismo de shopping”** (caracterizado por condomínios fechados, shoppings e muros) é um exemplo da financeirização urbana. É o modelo da **cidade confinada**, que isola e adensa para poucos, enquanto fragmenta o coletivo.

TÓPICO FRASAL:

A financeirização das cidades, da moradia e de todos os processos urbanos denuncia o quanto a construção urbana é historicamente pautada na desigualdade.

SINÔNIMOS:

As políticas urbanas brasileiras priorizaram historicamente a expansão econômica em detrimento da justiça territorial, aprofundaram as desigualdades no acesso ao espaço urbano e naturalizaram a violência, principalmente, entre os grupos mais vulneráveis.

Quando o planejamento urbano se rende ao mercado, a cidade deixa de ser território de cidadania e se torna instrumento de segregação.

O processo de urbanização no Brasil, longe de promover inclusão, consolidou um modelo de cidade voltado à valorização do solo e à concentração de privilégios.

A criminalização da pobreza é reflexo de um processo de má gestão urbana.

A separação física entre os centros valorizados e as periferias precarizadas reflete a desigualdade social inscrita no próprio desenho urbano.

A substituição da função social da terra pelo interesse de mercado converte bairros inteiros em ativos financeiros e desloca os mais vulneráveis para zonas de invisibilidade urbana.

A lógica que transforma o espaço urbano em mercadoria é a mesma que deslegitima os modos de vida populares e desloca corpos indesejáveis para as bordas do pertencimento.

A violência urbana no Brasil está diretamente ligada à lógica excludente que organiza o espaço urbano e distribui desigualmente os direitos.

A fragmentação espacial das cidades contribui para a naturalização da violência nas periferias, ao mesmo tempo em que blinda os centros contra os efeitos da desigualdade.

Ao organizar o território com base na lógica da rentabilidade, o urbanismo brasileiro transforma o direito à cidade em um privilégio geográfico.

MEUS PARÁGRAFOS

Parágrafo de FPzinha (denunciem pirataria por favor)

Diante desse cenário, a violência urbana no Brasil não pode ser compreendida apenas como falha da segurança pública, mas como reflexo de um modelo de cidade fundamentado na exclusão social. Isso ocorre, porque, de acordo com a urbanista Raquel Rolnik, a lógica que direciona a organização dos espaços urbanos privilegia a valorização imobiliária e os interesses de mercado, mas marginaliza as populações periféricas, confinando-as em territórios marcados pela ausência do Estado. Nessas áreas, a precariedade não é casual, mas é resultado direto de políticas urbanas que concentram investimentos em regiões centrais e negam às bordas o acesso à infraestrutura, à mobilidade, à educação, à saúde e a atuação estatal, quando presente nesses territórios, ocorre majoritariamente por meio da repressão policial que mais oprime do que liberta. Nesse contexto, a criminalização da pobreza reforça a percepção de que a violência emerge das margens, quando, na verdade, ela é alimentada por uma estrutura urbana que segrega, silencia e nega direitos. Assim, a cidade deixa de ser espaço de cidadania para se consolidar como território de vigilância e punição e agravar os conflitos sociais em vez de enfrentá-los de forma justa e estrutural.

Parágrafo de FPzinha (denunciem pirataria por favor)

Com base nesse cenário, nota-se que a **segregação nas cidades brasileiras** advém de um modelo urbano baseado por interesses econômicos que privilegiam a valorização imobiliária em detrimento da justiça territorial. Isso ocorre, porque, de acordo com a urbanista Raquel Rolnik, esse modelo não apenas ignora as necessidades das populações periféricas, mas institucionaliza sua exclusão ao direcionar os investimentos públicos para regiões centrais e socialmente valorizadas. Nesse sentido, “nas franjas urbanas”, a precariedade se torna padrão: faltam equipamentos públicos, oportunidades de mobilidade e acesso a direitos básicos. Em outras palavras, a segurança se esvazia quando a cidade se organiza como instrumento de separação social, e não como território de cidadania. Assim, o aparato estatal atua seletivamente, marcando esses territórios pela ausência de cuidado e pela presença de repressão, o que faz com que a violência não se imponha como consequência do caos, mas como expressão direta de um ordenamento urbano que nega o pertencimento de determinados grupos ao espaço da cidade.

Parágrafo de FPzinha (denunciem pirataria por favor)

Com base nesse cenário, nota-se que a **segregação nas cidades brasileiras** advém de um modelo urbano baseado por interesses econômicos que privilegiam a valorização imobiliária em detrimento da justiça territorial. Esse modelo transforma o espaço urbano em mercadoria, converte o solo em ativo financeiro e desloca as populações de baixa renda para áreas periféricas e precarizadas. Isso ocorre, porque, com base na urbanista Raquel Rolnik, a política urbana frequentemente opera como instrumento de exclusão ao priorizar projetos que beneficiam setores privilegiados, como grandes empreendimentos e condomínios fechados, enquanto negligencia os territórios populares. Dessa forma, a ausência de investimentos em infraestrutura, em transporte e em serviços públicos nas periferias não resulta da omissão, mas de uma lógica seletiva que organiza o território com base na rentabilidade, e não na equidade. O resultado? Uma cidade fragmentada, onde o direito à moradia e à mobilidade se converte em privilégio, e onde a desigualdade se expressa não apenas em dados estatísticos, mas nas paisagens concretas de muros, distâncias e silenciamentos urbanos.

Parágrafo de FPzinha (denunciem pirataria por favor)

Com base nesse cenário, nota-se que as políticas urbanas brasileiras priorizaram historicamente a expansão econômica em detrimento da justiça territorial e seguem aprofundando as desigualdades no acesso ao espaço urbano. Isso ainda ocorre, porque, segundo a urbanista Raquel Rolnik, a lógica que direcionou o crescimento das cidades brasileiras não teve como centro a garantia do direito à moradia, mas sim a valorização do solo urbano como ativo financeiro. Esse modelo promoveu uma ocupação desigual do território, em que os setores socialmente favorecidos concentraram infraestrutura, mobilidade e serviços públicos, enquanto as populações de baixa renda foram empurradas para áreas periféricas e precarizadas. Dessa forma, a ausência de políticas estruturais de regularização fundiária, aliada à naturalização da especulação imobiliária, reforçou um padrão de exclusão reproduzido até hoje. Assim, o que se convencionou chamar de desenvolvimento urbano muitas vezes é apenas o avanço do capital sobre o território com capacidade para converter o espaço da cidade em instrumento de segregação social.

RUY BRAGA (SOCIÓLOGO)

O modelo **neodesenvolvimentista** promoveu o crescimento econômico e a expansão do consumo popular sem a transformação real das bases sociais.

O chamado “neodesenvolvimentismo” gerou inclusão pelo consumo, mas não pela redistribuição de poder ou de riqueza.



O resultado foi o endividamento da população e a falsa sensação de ascensão social sem acesso real à cidadania plena, ou seja, **uma modernização sem justiça**, sustentada pela precarização do trabalho e pelo endividamento popular.

Quando se fala em “**transformação real das bases sociais**”, significa mudar as estruturas profundas que sustentam a desigualdade em uma sociedade, ou seja, não basta ampliar o acesso ao consumo ou oferecer melhorias superficiais, é preciso combater as **raízes históricas da exclusão**.

O QUE SERIA ESSA TRANSFORMAÇÃO REAL:

- * **Na economia:** redistribuição de renda efetiva, reforma tributária justa (quem tem mais paga mais), garantia de empregos dignos e valorização do trabalho em vez da exploração precária.
- * **Na terra:** reforma agrária que assegure a posse da terra a quem nela trabalha, rompendo com a concentração histórica fundiária.
- * **Na educação e saúde:** oferta de serviços públicos universais e de qualidade, que não dependam do poder de compra individual.
- * **Na política:** ampliar a participação popular nas decisões, enfraquecer privilégios de elites e garantir igualdade de representação.
- * **Na cultura e sociedade:** enfrentar estruturas de racismo, patriarcado e outras formas de opressão que mantêm grupos inteiros em posição de desvantagem.



TÓPICO FRASAL

TÓPICO FRASAL:

A manutenção de um modelo econômico neodesenvolvimentista, o qual amplia a economia nacional, mas não altera a estrutura social excludente.

SINÔNIMOS:

Há a reprodução de uma modernização excludente, que amplia o acesso a bens, mas silencia demandas por justiça social ao insistir em uma lógica de progresso baseada na expansão do crédito e do consumo.

A persistência de um modelo econômico centrado no crescimento do consumo, mas alheio à redistribuição estrutural, que revela a limitação de um projeto de desenvolvimento, mas não rompe com as bases da desigualdade.

Há a reprodução de uma modernização excludente, que amplia o acesso a bens, mas silencia demandas por justiça social ao insistir em uma lógica de progresso baseada na expansão do crédito e do consumo.

TÓPICO FRASAL:

A precarização como eixo da nova ordem trabalhista

SINÔNIMOS:

O surgimento de um novo sujeito social: o precariado, formado por trabalhadores sem estabilidade e sem direitos garantidos.

A precarização do trabalho não representa uma anomalia, mas constitui um pilar da nova ordem capitalista, em que os riscos são deslocados do empregador para o trabalhador.

A informalidade, a terceirização e a plataformação, como ocorre nos aplicativos de entrega, expressam esse paradigma.

O trabalho, que antes servia como via de integração cidadã, passa a produzir insegurança e instabilidade existencial.

TÓPICO FRASAL:

A meritocracia é uma ideologia persistente e equivocada que legitima a exclusão

SINÔNIMOS:

A meritocracia camufla privilégios e culpabiliza os mais pobres por sua exclusão.

Em vez de denunciar as desigualdades históricas e estruturais, a narrativa meritocrática afirma que “quem quer, consegue”, ignorando que o ponto de partida é profundamente desigual.

Existe a manutenção de uma **“modernização conservadora”**, ou seja, um processo em que há mudanças apenas aparentes (como a ampliação do acesso ao mercado de consumo ou a inclusão de novos grupos em determinados espaços) e, ao integrar as massas ao mercado **sem alterar a estrutura excludente da sociedade**, esse “neodesenvolvimentismo” reforça desigualdades e legitima a precariedade como preço da inclusão.



MEUS PARÁGRAFOS

Parágrafo de FPzinha

Com base nesse cenário, é válido perceber que _____ advém da manutenção cultural de dominação imposta ao país a partir da reprodução de uma fórmula desenvolvimentista que integra via mercado e exclui via estrutura. Isso ocorre, porque há o prolongamento de um modelo que dinamiza a economia sem alterar sua estrutura excludente. Esse modelo, conhecido como neodesenvolvimentista, adotado no Brasil, no início do século XXI, promoveu a expansão do crédito e o fortalecimento do consumo popular, mas não alterou as estruturas que sustentam a concentração de renda e a exclusão social. Com isso, segundo o sociólogo Ruy Braga, observa-se uma espécie de modernização conservadora, ou seja, até há a ampliação do acesso ao mercado, mas as desigualdades herdadas do passado colonial e escravocrata se mantêm inalteradas. Consequentemente, a falta de reformas estruturais (como a tributária, a urbana e a agrária) demonstra que a inclusão promovida por esse modelo é superficial e reversível. Assim, o desenvolvimento se torna paradoxal: promove mobilidade simbólica, mas bloqueia transformações substantivas no modo como o poder e os recursos são distribuídos no país.

Parágrafo de FPzinha

Com base nesse cenário, percebe-se que, à luz das transformações recentes nas relações laborais, a precarização não representa uma exceção no mercado de trabalho, mas sim seu novo padrão funcional. Isso ocorre, porque, de acordo com o sociólogo Ruy Braga, o capitalismo periférico atual naturalizou formas de ocupação instáveis, informais e desprotegidas, especialmente entre jovens, mulheres, negros e moradores das periferias urbanas. Essa configuração, consolidada sob a

lógica neoliberal, transfere o risco da instabilidade econômica para o trabalhador, ao mesmo tempo em que esvazia a força integradora do emprego formal. Dessa forma, a precarização não compromete apenas o acesso a direitos, mas também a própria possibilidade de exercer cidadania plena por agravar desigualdades e ampliar a sensação de desamparo coletivo.

Parágrafo de FPzinha (denunciem pirataria por favor)

Com base nesse cenário, nota-se que, em uma sociedade marcada por desigualdades históricas, como _____, o discurso meritocrático se apresenta como uma das mais eficazes estratégias de camuflagem da exclusão. Isso ocorre, porque, de acordo com o sociólogo Ruy Braga, a ideologia do mérito desresponsabiliza o Estado e transfere ao indivíduo a culpa por sua condição social ao ignorar que “o ponto de partida” é profundamente desigual. Essa lógica não apenas perpetua injustiças, mas também desmobiliza coletivamente ao fazer com que cada sujeito acredite que sua trajetória depende exclusivamente de esforço pessoal. Em outras palavras, a meritocracia opera como um anestésico social: alivia a consciência dos privilegiados e sufoca a indignação dos que não chegaram a algum lugar (não por falta de esforço, mas por falta de oportunidade). Dessa forma, _____.

Parágrafo de FPzinha (denunciem pirataria por favor)

Com base nesse cenário, nota-se que, embora o consumo tenha sido, nas últimas décadas, uma via de ascensão simbólica para parte das camadas populares, essa forma de inclusão tem se apresentado frágil e insustentável. Isso ocorre, porque, de acordo com o sociólogo Ruy Braga, o modelo neodesenvolvimentista promoveu o acesso ao mercado por meio do crédito, sem redistribuir efetivamente o poder ou reformar as estruturas que produzem desigualdade. Com isso, milhões de brasileiros passaram a sustentar o crescimento econômico com o próprio endividamento, vivenciando um pertencimento social condicionado ao ato de comprar, e não ao exercício de direitos. Assim, o que se apresentou como progresso inicialmente foi se revelando como um ciclo de dependência e de vulnerabilidade, em que a cidadania fragilmente se dissolve na fatura do mês seguinte em uma sociedade cuja maioria acredita estar, de fato, comemorando o aniversário do “Magazine Luíza”.

Parágrafo de FPzinha (denunciem pirataria por favor)

Com base nesse cenário, nota-se que, no contexto brasileiro, o avanço da lógica neoliberal não apenas redesenhou as funções do Estado, mas também reconfigurou profundamente o sentido de cidadania. Isso ocorre, porque, de acordo com o sociólogo Ruy Braga, a racionalidade neoliberal transforma direitos em mercadorias e o cidadão em consumidor, tratando a proteção social como custo, e não como pilar civilizatório. Essa mudança fragiliza a democracia, pois o fracasso individual passa a ser lido como responsabilidade pessoal, não como resultado de exclusões estruturais. Assim, enquanto o Estado se retira, o mercado avança, e a cidadania perde substância por ser reduzida ao ato de consumir e à ilusão de liberdade em um sistema que não garante o mínimo para viver com dignidade.

Algumas ideias minhas para dar um charme:

- * A precarização não é um desvio do sistema, é o próprio sistema operando como o planejado: com eficiência para acumular e indiferença para proteger.
- * A meritocracia é o espelho que reflete apenas os que já nasceram na frente e apaga as cicatrizes de quem corre sem notar que falta o chão.
- * O precariado é a classe invisível do século XXI: move a economia, sustenta a cidade e permanece fora da narrativa do sucesso.
- * A rebeldia do precariado é a política que brota das bordas: sem palanque, sem sigla, mas com potência para reconfigurar o que foi silenciado.
- * Incluir pelo consumo sem redistribuir poder é como convidar para a festa sem abrir a porta da casa.
- * A cidadania não cabe no carrinho de compras, ela exige direitos, voz e dignidade coletiva.
- * Enquanto o capital circula livre, o trabalhador roda sem garantias, aprisionado em jornadas que esvaziam o tempo e a esperança.

**ANOTAÇÕES**



HELENA VIEIRA (ESCRITORA E ATIVISTA TRANSFEMINISTA)

Não se trata apenas de falar sobre “inclusão”, mas de **reimaginar o mundo desde os corpos que ele tentou apagar**.

“Padrões são mecanismos de controle sobre as minorias”.

O gênero **não é um dado natural**, mas é um **conjunto de regras culturais** que são ensinadas e cobradas desde o nascimento. Em vez de ver o “homem” ou a “mulher” como categorias fixas e biológicas, é fundamental entender **o gênero como uma performance social**, como algo que se faz, se atua e se contesta.

Ser trans não é romper com a natureza: é revelar que **o que a sociedade chama de natural é, na verdade, histórico e político**.

É fundamental saber que a identidade de gênero não é um destino genético, é uma construção social. Isso significa que o modo como uma pessoa se entende no mundo como homem, mulher ou fora dessas categorias depende de normas sociais, discursos religiosos, instituições educativas, práticas linguísticas, expectativas culturais e relações de poder.

A sociedade ainda é equivocadamente ensinada, por meio de cores, roupas, brinquedos, regras e punições, a como deve se comportar de acordo com o gênero que foi atribuído teoricamente no nascimento como uma categorização biológica. A escola reforça essas normas. A mídia repete essas imagens. A família regula, e o Estado define padrões e documentos que tentam fixar o que, na verdade, é fluido, plural e atravessado por muitas histórias possíveis.



O problema persiste, porque o Brasil ainda é profundamente estruturado por uma cultura conservadora e cisnormativa, que naturaliza o binarismo de gênero (homem/mulher) e marginaliza qualquer identidade que não se encaixe nesse molde.

Em outras palavras, o problema persiste porque a ideia de gênero como construção ainda ameaça um modelo social que se sustenta na fixação de papéis, no controle dos corpos e na negação da pluralidade.

As escolas públicas, na maioria das vezes, não estão preparadas para lidar com a diversidade de gênero de forma respeitosa e crítica. A mídia tradicional ainda reforça estereótipos e invisibiliza corpos trans e não binários, enquanto setores religiosos influentes alimentam discursos de ódio travestidos de defesa da família.

A consequência disso é a exclusão institucionalizada, a violência simbólica e física, e a negação de direitos fundamentais como saúde, educação e trabalho.

ALGUNS LACRES CUIDADOSOS:

- * “Representar” sem redistribuir poder é mais um capítulo da lógica de exclusão travestida de inclusão.
- * A representatividade simbólica, quando não vem acompanhada da redistribuição real de poder, serve mais à estética da inclusão do que à ética da justiça.
- * Aparecer não basta, é preciso participar das decisões, escrever as narrativas e transformar os bastidores.
- * Sem escuta ativa e sem presença política, a representatividade se transforma em vitrine: exhibe corpos diversos, mas conserva estruturas desiguais.
- * A violência contra pessoas trans não começa na agressão física, mas no projeto social que lhes nega nome, afeto e dignidade.

TÓPICO FRASAL

TÓPICO FRASAL:

A identidade de gênero não deve ser compreendida como essência imutável, mas como construção histórica e social.

SINÔNIMOS:

Reduzir a identidade de gênero à biologia ignora o fato de que o que se entende por “masculino” ou “feminino” é, antes de tudo, uma produção social sustentada por discursos de poder.

A identidade de gênero não nasce pronta, ela é formada por processos culturais, históricos e políticos.

O gênero não deve ser visto como algo fixo e natural, mas como um conjunto de práticas reguladas socialmente.



ANOTAÇÕES

MEUS PARÁGRAFOS

Nesse sentido, observa-se que a identidade de gênero é moldada por processos culturais, históricos e políticos que determinam quais corpos podem existir sem justificativa. Isso ocorre, porque, desde a infância, a sociedade impõe expectativas baseadas no sexo atribuído no nascimento, regulando comportamentos, emoções e aparências por meio de normas escolares, discursos religiosos, políticas públicas e linguagens institucionais. Essa imposição não decorre da biologia, mas de um sistema normativo que, ao naturalizar o binarismo de gênero, transforma a diversidade em desvio. Sob esse viés, de acordo com a escritora Helena Vieira, o que se chama de “normal” é, na verdade, uma construção sustentada por interesses de poder e isso denuncia tanto o caráter político da identidade quanto a necessidade urgente de que os corpos dissidentes sejam reconhecidos não como exceções, mas como parte legítima da vida social. Assim, pensar o gênero como construção (e não como essência) é o primeiro passo para desmontar os alicerces de um modelo que transforma a diferença em silêncio e a diversidade em ameaça.

Nesse sentido, observa-se que a imposição de um modelo único de identidade de gênero é reforçada cotidianamente por instituições que operam como instrumentos de controle simbólico e material. Isso ocorre, porque a exclusão é parte da engrenagem que organiza a vida em sociedade. Essa estrutura normativa, ao estabelecer a cisgenderidade como padrão universal, converte a diferença em anomalia e legitima a violência contra corpos que não se enquadram no molde hegemônico: escolas negam o uso do nome social, sistemas de saúde ignoram protocolos específicos para pessoas trans e legislações omitem a autodeterminação de gênero. Sob esse viés, nota-se uma exclusão violenta e estrutural, pois, de acordo com a escritora e ativista Helena Vieira, essa violência não é apenas física ou verbal, mas epistêmica, pois atua no apagamento de saberes, dos afetos e das possibilidades de existência. Assim, garantir o reconhecimento pleno das identidades trans exige confrontar não apenas indivíduos preconceituosos, mas as bases institucionais que sustentam esse modelo excludente.

Tema: *O transfeminismo como reestruturação política do corpo e do saber*

Com base nesse cenário, nota-se que o transfeminismo, mais do que uma pauta identitária, representa uma ruptura com os fundamentos normativos que sustentam a política, a linguagem e a própria ideia de corpo legítimo. Isso ocorre, porque, de acordo com a escritora e ativista Helena Vieira, essa perspectiva desloca o debate de gênero da ideia de inclusão para a necessidade de desorganizar as estruturas que historicamente definiram quem pode existir com dignidade. Em outras palavras, a experiência trans não deve apenas ser acolhida, ela precisa ser reconhecida como força epistêmica capaz de refundar o centro a partir das bordas. Essa afirmação dialoga com a teoria performativa do gênero desenvolvida pela filósofa Judith Butler, ao apontar que o gênero não é essência, mas é repetição normatizada, que pode (e deve) ser subvertida. Assim, o transfeminismo não propõe apenas a ampliação de direitos, mas a criação de novos marcos de inteligibilidade, em que o corpo dissidente não seja tolerado como exceção, mas celebrado como agente de reestruturação social, estética e afetiva.

Tema: *Transfeminismo, escuta radical e descolonização do olhar*

Além disso, é fundamental entender que a proposta transfeminista ultrapassa o campo da reivindicação por direitos e opera como um projeto ético de descolonização do olhar, da linguagem e do afeto. Isso ocorre, porque, de acordo com a escritora e ativista Helena Vieira, a escuta de corpos dissidentes não deve se limitar à representação estética, mas se tornar prática política transformadora. Nesse sentido, nota-se que a sociedade precisa questionar suas bases cisnormativas e reconhecer as experiências trans como epistemologias válidas. Em outras palavras, há a urgência de um feminismo que parta da interseccionalidade, ou seja, da sobreposição de opressões que atravessam raça, classe, gênero e territorialidade. Assim, pensar o transfeminismo sob esse prisma exige uma escuta que desfaça o privilégio epistêmico do sujeito universal branco e cisgênero, permitindo que outras narrativas (negras, trans, periféricas) reescrevam o mundo a partir de si mesmas. Dessa forma, observa-se que o que está em jogo não é apenas o reconhecimento da diferença, mas a refundação do comum a partir da pluralidade insurgente.

Tema: *Identidade de gênero e construção social*

Com base nesse cenário, é válido entender que a identidade de gênero não deve ser compreendida como essência imutável, mas como construção histórica e social. Sob esse viés, nota-se que as categorias de “homem” e “mulher” têm sido moldadas por expectativas culturais, linguísticas e institucionais que definem, desde cedo, como os corpos devem agir, vestir-se, sentir e existir. Nesse processo, escolas, mídias e estruturas familiares funcionam como dispositivos de normalização por pressionarem sujeitos a se enquadrarem em modelos pré-fabricados de identidade. Esse discurso reproduz um preconceito histórico e naturalizado, pois, de acordo com a escritora Helena Vieira, é preciso denunciar o caráter normativo dessas definições, já que pessoas trans e não binárias não rompem com a natureza, mas elas revelam que o que chamamos de natural sempre foi político. Assim, o transfeminismo não apenas questiona o gênero como destino, mas também desarticula o pacto de silêncio que sustenta a exclusão de corpos dissidentes.

Tema: A identidade de gênero como construção política e histórica

Com base nesse cenário, observa-se que reduzir a identidade de gênero à biologia é ignorar que o que se entende por “masculino” ou “feminino” não nasce com o corpo, mas com a cultura que o nomeia. Isso ocorre, pois ainda se percebe, no Brasil, a manutenção de uma visão social essencialista (de que pessoas possuem características imutáveis que definem sua essência) ao naturalizar a diferença entre os gêneros e ocultar o fato de tais categorias serem historicamente produzidas e politicamente mantidas por instituições – as quais moldam subjetividades desde a infância, como a escola, a família, a religião e a mídia. Essa questão é preconceituosa e equivocada, pois, de acordo com a filósofa Judith Butler, o gênero não é uma essência estável, mas um ato reiterado de obediência a normas que definem quais existências são legitimadas e quais são marginalizadas. A partir disso, a escritora brasileira Helena Vieira aprofunda essa crítica ao afirmar que corpos trans não rompem com a natureza, mas com a ilusão de que a natureza jamais foi construída. Assim, compreender o gênero como artefato histórico e dispositivo de poder não é apenas um exercício teórico, é um gesto político urgente diante de estruturas que insistem em transformar a pluralidade em erro e a dissidência em invisibilidade.

Além disso, é fundamental entender que a marginalização de pessoas trans ultrapassa o campo da linguagem e da visibilidade e se apresenta nas estruturas formais da sociedade que deveriam garantir direitos, cidadania e proteção.

Isso acontece, porque o Estado, as escolas, os serviços de saúde, os sistemas legais e as políticas públicas foram historicamente moldados para reconhecerem apenas identidades cisgênero como padrão legítimo (por mais que muitas políticas públicas estejam sendo efetivadas nos últimos anos). Essa exclusão não decorre apenas do preconceito individual, mas de uma lógica estrutural apoiada na cisnormatividade, ou seja, na suposição de que todas as pessoas são, ou deveriam ser, cisgênero. Esse modelo está embutido nas leis, nos documentos oficiais, nas rotinas escolares e no funcionamento de muitas instituições públicas e faz com que identidades trans precisem se justificar para acessar seus direitos básicos constitucionais. Essa exclusão simbólica e estrutural se traduz em dados alarmantes: segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), o Brasil registrou, em 2023, 145 assassinatos de pessoas trans, mantendo-se como o país que mais mata essa população no mundo pelo 15º ano consecutivo. Dessa forma, nota-se que a cisnormatividade, infelizmente, funciona como um dispositivo de morte seja ao negar direitos básicos, seja ao silenciar vidas inteiras sob o pretexto da “normalidade”. Por isso, é preciso reformular as instituições para que deixem de operar como instrumentos de exclusão e passem a reconhecer e garantir, de forma efetiva, os direitos das pessoas trans. Caso contrário, a visibilidade se torna apenas uma vitrine, enquanto a vida continua sendo negada na prática.

LAYMERT GARCIA DOS SANTOS (SOCIÓLOGO E FILÓSOFO)

Tecnociência é o nome dado ao modelo dominante de ciência contemporânea, em que **conhecimento científico e tecnologia estão profundamente entrelaçados e direcionados para a lógica do mercado e do controle social.**

A tecnologia não deve ser vista como um avanço inevitável, mas como uma construção cultural, política e simbólica que tanto pode ampliar direitos quanto aprofundar desigualdades.

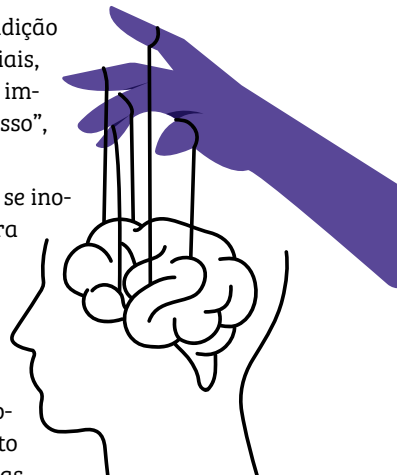
A **tecnociência**, isto é, a aliança entre ciência, tecnologia e mercado, **não é neutra**, mas sim **um dispositivo de poder e exclusão**, que impõe um modelo único de saber, marginaliza conhecimentos não ocidentais e concentra decisões nas mãos de quem detém o poder econômico.

Politizar a tecnologia (achei o termo muito chique, por sinal) significa tirar a tecnologia da condição de algo neutro, técnico ou meramente instrumental e reconhecê-la como produto de escolhas sociais, econômicas, culturais e políticas. Em outras palavras, é entender que o desenvolvimento, o uso e o impacto da tecnologia não são determinados apenas por avanços científicos ou pela “lógica do progresso”, mas estão profundamente ligados a interesses de poder, a valores ideológicos e a conflitos sociais.

Politizar a tecnologia é desnaturalizar a ideia de progresso tecnológico, ou seja, é questionar se inovação é automaticamente benéfica ou inevitável e refletir sobre “quem decide” o que é inovação, para quem ela serve e a que custo.

Politizar a tecnologia é enxergar os impactos sociopolíticos da tecnologia e avaliar como certos processos aumentam desigualdades, reforçam vigilância, excluem populações e concentram poder em poucas mãos.

Politizar a tecnologia é ampliar o debate público sobre decisões tecnológicas, ou seja, é incorporar vozes plurais (indígenas, periféricas, feministas, decoloniais) nos processos de desenvolvimento e regulação da tecnologia para discutir ética, justiça, sustentabilidade, acessibilidade, e não apenas eficiência.



A tecnologia sempre costuma ser associada ao progresso, à neutralidade e à eficiência. Contudo, quando examinada com maior profundidade, percebe-se que os avanços técnicos nem sempre resultam em inclusão ou em justiça.

No Brasil, o uso acrítico e concentrado da tecnologia frequentemente reforça desigualdades históricas, invisibiliza saberes populares e acentua a dependência em relação a potências estrangeiras.

A tecnociência é uma forma de dominação simbólica e política, porque se impõe como única forma legítima de saber e transforma a tecnologia em ferramenta de exclusão

A tecnologia não é neutra: ela carrega interesses políticos, econômicos e ideológicos. A ideia de que “a tecnologia é apenas uma ferramenta” é um mito perigoso, pois toda tecnologia é projetada, financiada e implementada com interesses específicos geralmente guiados pelo lucro, pelo controle ou pela vigilância.

Politizar a tecnologia é garantir que o avanço técnico respeite os direitos humanos, a justiça social e a pluralidade epistêmica.”

O sociólogo Laymert Garcia dos Santos (sobre questões ambientais)



A crença de que toda inovação tecnológica representa progresso ignora o fato de que, sem critérios democráticos, a tecnociência tende a servir prioritariamente a interesses corporativos e geopolíticos.

Energias renováveis, biotecnologias e sistemas de monitoramento ambiental só cumprem seu papel ecológico quando beneficiam diretamente as comunidades e preservam a diversidade biocultural. Caso contrário, tornam-se instrumentos sofisticados para aprofundar desigualdades.

O “*greenwashing*” é uma prática enganosa a partir da qual empresas se apresentam como ambientalmente responsáveis, mas suas ações não correspondem à propaganda.

Muitas empresas são acusadas de *greenwashing*, especialmente nos setores de moda rápida, alimentos e bebidas, e combustíveis.

A gestão de recursos naturais e a aplicação de inovações como inteligência artificial, drones e biotecnologia não são neutras: implicam decisões sobre quem controla esses meios e para quais fins.

Se essas escolhas permanecerem concentradas nas mãos de poucos, o resultado será a perpetuação de modelos extrativistas e desiguais. Tornar a política tecnológica transparente e inclusiva é parte central da luta contra a crise climática.

TÓPICO FRASAL

TÓPICO FRASAL:

A associação automática entre tecnologia e progresso esconde o fato de que, ao ser apresentada como neutra, a inovação pode aprofundar desigualdades já existentes.

SINÔNIMOS:

Embora a inteligência artificial prometa eficiência, ela frequentemente opera como dispositivo de dominação simbólica ao silenciar saberes não hegemônicos e aprofundar assimetrias sociais.

O avanço tecnológico, quando desprovido de debate público, transforma-se em instrumento de exclusão social e de apagamento cultural.

A tecnociência, ao se apresentar como única via legítima do saber, abre caminho para o epistemicídio institucionalizado.

Ao transformar a ciência em instrumento de mercado, a tecnociência desvia o conhecimento de seu compromisso com a vida.

A inteligência artificial, embora simbolize inovação, muitas vezes reproduz padrões históricos de desigualdade e silencia sujeitos marginalizados.

TÓPICO FRASAL:

A associação automática entre tecnologia e progresso esconde o fato de que, ao ser apresentada como neutra, a inovação pode aprofundar desigualdades já existentes.

SINÔNIMOS:

A tecnologia só é aliada do planeta quando serve às comunidades, e não apenas ao mercado.

A tecnociência, quando não regulada democraticamente, pode agravar desigualdades ambientais.

A tecnologia é um grave instrumento de controle e de exploração, por isso é urgente tanto a politização das questões ambientais quanto a sua adaptação às realidades locais.

MEUS PARÁGRAFOS

Com base nesse cenário, é fundamental perceber que a **associação automática entre tecnologia e progresso esconde o fato de que, ao ser apresentada como neutra, a inovação pode aprofundar desigualdades já existentes**. Isso ocorre, porque, à medida que ignora as realidades sociais em que é aplicada, a tecnologia tende a excluir os sujeitos mais vulneráveis de seus benefícios e decisões, consolidando um modelo técnico distante das necessidades populares. Em outras palavras, o que se projeta como avanço universal, muitas vezes, atende a interesses específicos e reproduz formas sutis de dominação. Dessa forma, nota-se uma lógica que precisa ser urgentemente politizada, pois, segundo o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, **discutir publicamente o desenvolvimento tecnológico é a forma mais segura de garantir que ele esteja a serviço da justiça social, da diversidade cultural e da democracia participativa**.

Com base nesse cenário, **observa-se que a crença na neutralidade tecnológica despolitiza o debate público e legitima desigualdades estruturais**. Isso ocorre, porque a maioria das tecnologias utilizadas no Brasil (desde algoritmos de vigilância até plataformas de educação) é desenvolvida por grandes corporações estrangeiras sem adaptação às realidades locais. Nesse sentido, como afirma o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, essa dependência tecnológica compromete a autonomia do país e transforma a tecnologia em instrumento de dominação, e não de emancipação, pois exclui populações periféricas, promove o racismo algorítmico e reforça o controle dos dados pessoais.

Com base nesse cenário, **observa-se que a crença na neutralidade tecnológica despolitiza o debate público e legitima desigualdades estruturais**. Isso ocorre, porque a maioria das tecnologias utilizadas no Brasil (desde algoritmos de vigilância até plataformas de educação) é desenvolvida por grandes corporações estrangeiras sem adaptação às realidades locais. Nesse sentido, como afirma o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, essa dependência tecnológica compromete a autonomia do país e transforma a tecnologia em instrumento de dominação, e não de emancipação, pois exclui populações periféricas, promove o racismo algorítmico e reforça o controle dos dados pessoais.

Com base nesse cenário, nota-se que **o avanço tecnocientífico, ao se impor como única forma válida de conhecimento, contribui para o apagamento de saberes tradicionais e populares**. Isso ocorre, porque saberes indígenas, quilombolas e periféricos são constantemente ignorados ou desqualificados pelas instituições científicas e tecnológicas, as quais, de acordo com o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, ignoram a possibilidade de uma **ecologia de saberes**, segundo a qual diferentes formas de inteligência (popular, ancestral, oral, comunitária) devem conviver com a ciência. Sem essa convivência, a tecnologia passa a servir a interesses econômicos imediatos e a desconsiderar a sustentabilidade, a cultura e a dignidade das populações afetadas.

Além disso, observa-se que **a crença na neutralidade da tecnologia mascara o fato de que ela está profundamente imersa em relações de poder**. Isso ocorre, porque plataformas digitais, algoritmos e sistemas de inteligência artificial não são produtos autônomos da ciência, mas construções humanas atravessadas por interesses econômicos e geopolíticos. No Brasil, a adoção acrítica de tecnologias importadas, sem controle democrático e sem adaptação às realidades locais, agrava desigualdades históricas e produz efeitos concretos de exclusão digital, de vigilância seletiva e de racismo algorítmico. Essa dinâmica revela que a tecnologia, longe de ser neutra, atua como instrumento de reprodução de estruturas de dominação, especialmente quando desconsidera saberes pluriepistêmicos e contextos socioculturais específicos. Por isso, segundo o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, a sociedade brasileira precisa compreender que, ao depender de tecnologias estrangeiras e privadas, abre mão de sua soberania e compromete direitos fundamentais, como a privacidade, a autonomia e a justiça social. Dessa forma, politizar a tecnologia não é um luxo teórico, mas uma necessidade ética e política diante da colonização tecnocientífica que ameaça tanto a autonomia dos povos quanto a justiça social.

Com base nesse cenário, nota-se que **o modelo dominante de ciência impõe um saber técnico-universal que não apenas silencia, mas apaga sistematicamente outras formas de conhecer o mundo**. Isso ocorre, porque, ao classificar os saberes indígenas, quilombolas e camponeses sobre território, saúde e ecologia como “não científicos”, a tecnociência ocidental estabelece uma hierarquia epistêmica que legitima apenas aquilo que se encaixa em seus próprios parâmetros de verdade. Esse processo, como denuncia o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, constitui um epistemicídio: a destruição simbólica de sistemas de conhecimento que, embora milenares, são tratados como resquícios do atraso. Nesse sentido, ao invés de dialogar com essas epistemologias situadas, a ciência hegemônica opera como dispositivo de exclusão e perpetua um projeto colonial que desautoriza tudo o que não fala sua língua técnica. Dessa forma, politizar o saber é romper com a arrogância do universalismo e abrir espaço para uma ciência plural, enraizada na escuta, na interculturalidade e na justiça cognitiva.

Ademais, é fundamental observar que **além de promover exclusão simbólica por meio do apagamento de saberes não hegemônicos, a tecnociência também atua como ferramenta de controle social e concentração de poder**. Isso ocorre, porque, longe de serem neutros, algoritmos, plataformas digitais e sistemas de vigilância são aplicados de forma desigual, atingindo com maior rigor as populações negras, periféricas e pobres. Sob esse viés, tecnologias como o reconhecimento facial, por exemplo, operam sob a fachada de eficiência e segurança, mas, na prática, reforçam o racismo estrutural ao criminalizar certos corpos e territórios. Dessa forma, como alerta o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, é urgente politizar a tecnologia: torná-la objeto de debate público, submetê-la a controle democrático e adaptá-la às realidades locais. Sem isso, corre-se o risco de transformar avanços técnicos em novos dispositivos de dominação, mascarados por promessas de progresso.

MARCOS REIGOTA | BIÓLOGO



O meio ambiente é um campo de disputa simbólica no qual ciência, política e cotidiano se confrontam.

A definição de meio ambiente não é consensual nem neutra. Para o biólogo e filósofo Marcos Reigota, o termo pode assumir um caráter científico com pretensões universais ou uma dimensão de representação social, permeada por valores e interesses. Essa disputa se materializa, por exemplo, no embate entre políticas públicas de preservação ambiental e práticas econômicas que privilegiam o lucro imediato, como a expansão do garimpo em áreas protegidas. Enquanto a ciência propõe indicadores e dados técnicos, o cotidiano das comunidades afetadas revela a urgência de ações concretas.

Compreender o meio ambiente como território de disputa simbólica permite problematizar decisões que, embora travestidas de “técnicas”, são também políticas.

Meio ambiente não é apenas o conjunto de elementos naturais, mas uma construção cultural e política e isso inclui dimensões naturais, sociais, culturais, econômicas e políticas.

É preciso combater o ambientalismo conservador, pois políticas ambientais devem ser integradas com políticas de combate à pobreza, em defesa de direitos humanos e com participação democrática.

A sustentabilidade não pode ser reduzida a ação de “conciliar economia e ecologia” de forma genérica: é preciso discutir quem se beneficia e quem perde com determinadas políticas ambientais.



TÓPICO FRASAL:

O meio ambiente é um campo de disputa simbólica no qual ciência, política e cotidiano se confrontam.

SINÔNIMOS:

Descolonizar a ecologia implica reconhecer que floresta, rio e cidade carregam memórias e desigualdades.

A educação ambiental só é emancipadora quando provoca o questionamento das estruturas de poder que degradam a vida.

A degradação da natureza e a violação de direitos humanos são expressões da mesma lógica de exploração.

Ao transformar a ciência em instrumento de mercado, a tecnociência desvia o conhecimento de seu compromisso com a vida.

Não há sustentabilidade quando o conhecimento popular é tratado como curiosidade folclórica.

Um projeto ambiental justo não separa a defesa dos ecossistemas da defesa dos corpos que neles habitam.

Biólogo Marcos Reigota

MEUS PARÁGRAFOS

Diante desse cenário, torna-se inaceitável reduzir o meio ambiente a um inventário de árvores, rios e animais desconectados da vida humana. Nesse sentido, de acordo com o biólogo Marcos Reigota, o meio ambiente deve ser compreendido como um tecido vivo, no qual natureza, sociedade, cultura e política se entrelaçam de forma indissociável. Essa perspectiva desmonta o ambientalismo simplista que desconsidera a força das relações de poder, a lógica econômica e o peso da história na configuração dos ecossistemas. Dessa forma, ao reconhecer que a preservação está vinculada à forma como as cidades são planejadas, como as populações vulneráveis são tratadas e como os recursos são distribuídos, abre-se caminho para a construção de políticas ambientais que não apenas conservem o patrimônio natural, mas também promovam justiça social e integrem as diversas dimensões da vida coletiva.

Com base nesse cenário, observa-se que **o conceito de meio ambiente não é estático nem consensual, ou seja, configura-se como um território no qual múltiplas visões e interesses se entrelaçam e, por vezes, entram em confronto direto.** Isso ocorre, porque, de acordo com o biólogo e filósofo Marcos Reigota, no campo científico, predomina a tendência de definir o meio ambiente com base em parâmetros universais e mensuráveis, mesmo que, no espaço social, ele se construa como uma representação simbólica, carregada de ideologias, valores e experiências concretas do cotidiano. Essa dupla natureza se manifesta de forma nítida nas políticas públicas que, sob o discurso de equilibrar conservação e desenvolvimento, frequentemente legitimam práticas de exploração econômica, como demonstra o avanço do agronegócio sobre áreas legalmente protegidas. Desse modo, compreender o meio ambiente implica reconhecer que sua definição está inevitavelmente atravessada por disputas políticas, escolhas culturais e relações de poder que influenciam não apenas sua preservação, mas também a forma como ele é apropriado, explorado e concebido pela sociedade.

Estamos juntos nessa!



C U R S O
FERNANDA PESSOA
ONLINE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.